

GRAMÁTICA, LÍNGUA, CÓDIGO E USO: ELEMENTOS PARA UMA REFLEXÃO

Adail SOBRAL*

Resumo: Apoiado na teoria dialógica de Bakhtin, o texto aborda o problema da variação linguística e da gramática, da política linguística, do academicismo e do militantismo em defesa das variedades linguísticas, situando-os social e historicamente.

Palavras-chave: Gramática; Língua; Código linguístico; Uso linguístico.

Résumé : A partir de la théorie dialogique de Bakhtin, le texte étudie le problème de la variation linguistique et de la grammaire, de la politique linguistique, de l'academicisme et du militantisme défenseur de la diversité linguistique, en les situant du point de vue social et historique.

Mots-clés : Grammaire ; Langue ; Code linguistique ; Usage linguistique.

INTRODUÇÃO

O problema da gramática e da língua e das tendências que esta segue, mesmo daquelas que se queiram considerar espúrias, envolve o fato de certos teóricos e práticos se arrogarem autoridade e, mais do que isso, de se julgarem detentores das únicas respostas válidas. Vêm-se por aí pessoas especializadas em estudar a linguagem na sala de aula que não conhecem a realidade da sala de aula comum do Brasil, mas só a de sua academia, assim como se vêem pessoas que conhecem essa realidade mas sofrem na mesma academia que a estuda porque ainda dominam pouco os códigos acadêmicos e a própria norma (ou ao menos a versão da norma aceita na escola em que estão). Como unir esses dois universos para melhorar o que interessa, a compreensão da linguagem e a situação da sala de aula de língua portuguesa, bem como o próprio acesso à cidadania? Porque língua envolve identidade, capacidade de exprimir-se, de reivindicar, de assumir posição.

Este trabalho faz algumas considerações, do ponto de vista da teoria dialógica de Bakhtin, e levando em conta toda a tradição de teorizações e estudos sobre a linguagem, sobre o problema da variação linguística e da gramática, da política linguística, do academicismo e do militantismo em defesa das variedades linguísticas, incluindo

* LAEL/PUC-SP; GES-USP; CNPq; Academia SKEPSIS.

posições que, se não são militantes, nem por isso deixam de mostrar-se mal informadas. Apresenta alguns fatos relativos à necessidade de defender ora a monoglossia ora a heteroglossia em diferentes contextos históricos a depender das características desses contextos.

Além disso, discute a necessidade de levar em conta tanto o uso lingüístico como o “código” lingüístico, propondo uma redefinição da própria noção de sistema lingüístico a fim de incluir igualmente os usos da linguagem. Defende a idéia de que o “sistema da linguagem” compreende o sistema lingüístico, vinculado com o significado, e o sistema do uso lingüístico, vinculado com o sentido. Complementam-no algumas idéias sobre a aceitabilidade social de formas lingüísticas do ponto de vista da inserção social específica dos sujeitos envolvidos - a fim de demonstrar que o exercício da expressão lingüística - e da legislação e das opiniões sobre ela - é sempre interessado, vindo de locutores situados social e historicamente e dirigindo-se a alocutários igualmente caracterizados dessa maneira.

I. GRAMÁTICA, PRECONCEITO E MILITÂNCIA

É quase lugar comum, no tocante à língua, o uso de termos avaliativos como “certo” e “errado”, mesmo em alguns setores acadêmicos dos quais é de esperar certo cuidado. O perigo inerente ao uso dessas categorias é a exclusão que isso implica ou pode implicar: quem usa o dito “errado” e não tem condições de sair dessa situação por si acaba por assumir nesse uso uma identidade de pessoa inferior. E quem usa o dito “certo” pode arvorar-se o direito de ditar o que pode e deve, e o que não pode e não deve, ser dito — partindo de categorias estáticas que são inflexíveis ao dinamismo da linguagem. Um exemplo disso é a classificação de certos usos como *figuras* de linguagem, quando vem de escritores canônicos, e como *vícios* de linguagem, quando vem de quem não ocupa postos na hierarquia social.

E que dizer - para abordar “uma das outras” faces da moeda - de quem despreza na teoria o normativo, mas o emprega em sua argumentação, em todos os seus textos? Não seria isso uma posição indefensável, capaz mesmo de sugerir interesses inconfessos/inconfessáveis? Ou resultado do afã de enxertar motivações políticas na análise, necessariamente interessada, é claro, das questões lingüísticas? A meu ver, o pesquisador deve, por razões éticas, declarar desde o começo qual a sua posição política e qual seu interesse específico na pesquisa que faz - ou calar-se para sempre! E a coerência que lhe vai ser cobrada é a compatível com essa sua, por assim dizer, “profissão de fé”. Não proponho rejeitar essa ou aquela posição política, ou político-partidária, mas tornar claras todas as posições a fim de evitar que, ao tentar apontar o pecado, acabemos por condenar o pecador!

É por outro lado evidente que o uso de “variedades” não exclui o fato de haver uma variedade mais valorizada, claro que não só por razões lingüísticas, incluindo a questão de tentar impor o uso da língua literária como padrão do escrito e até do falado, entre

outras. Lembremo-nos de que até recentemente se pensava que a língua falada não era estruturada, quando hoje se sabe que ela dispõe de uma estrutura complexa que mal se começa a discernir. Do mesmo modo, e isso por vezes cai no esquecimento, a norma, ou melhor, as normas, não excluem por razões intrínsecas as variedades, devendo-se essa exclusão, quando existe, a uma política específica, confessada ou não.

A língua é uma correlação permanente de forças centrífugas e centrípetas: a unidade versus a diversidade; a diversidade vem tanto dos experimentalismos como das variedades não-padrão. Logo, abandonar a unidade destruiria a estrutura social e recusar a diversidade empobreceria em muito a língua. Assim, se enrijecer a norma é empobrecer a expressão (e ao nosso ver é isso que fazem os prescritivistas), desprezá-la também é (e a nosso ver é isso que fazem certos lingüistas – e não lingüistas — que elegem os usos, acriticamente, a valor supremo.

Qual a solução? Propomos um (difícil) equilíbrio: os "cientistas" devem opinar, o mesmo ocorrendo com os usuários especializados (tradutores, ativistas, etc.) e não especializados; a gramática normativa deve continuar a ser valorizada, sem prejuízo da descritiva e da "intuitiva", e sem privilegiar a nomenclatura em detrimento da estrutura; e os usuários das outras variedades devem ser ajudados a conhecer a padrão, mas não discriminados por não a conhecer nem impedidos de usar outras variedades.

Este último ponto é que me faz desgostar dos prescritivistas: eles discriminam, ao não desvelar o motivo de tantos usuários não terem acesso à norma: não é burrice nem descaso, mas uma subcategoria da falta de acesso a outras coisas essenciais. E dizer que falam errado não ajuda em nada. Assim como dizer que não devem conhecer a norma, ou que esta não importa nem deveria existir também não. Além disso, a norma também varia no tempo, como uma simples observação pode demonstrar; querer impor à norma padrões de outro estágio histórico, passado ou projetado, também constitui uma séria distorção à qual o lingüista deve se opor com veemência.

II. O LINGÜÍSTICO E O NÃO-LINGÜÍSTICO

O problema, portanto, não é (só) lingüístico; é da ordem da própria estrutura social. Creio que devemos nos opor a propostas espontaneístas de todos os matizes: normativizantes ou desestruturantes, voltadas só para o código ou só para o uso, etc. Mas não é possível ser contra devaneios, sonhos e que tais em matéria de política e de pesquisa lingüística.

A variedade lingüística “da rua” tem seu lugar, porque a diversidade enriquece a cultura e merece respeito ao seu valor intrínseco, além de refletir a diversidade do próprio país. Excluir a “língua da rua” ou a língua dos corredores ou da tradução, da academia, da comunicação oficial, etc. é algo que repugna. A coexistência dessas modalidades é importante. Empenhar-se em menosprezar ou abolir uma ou outra dentre elas é igualmente inaceitável. Ao nosso ver, a língua das ruas e os experimentalismos

lingüísticos dos escritores, e até certos exageros acadêmicos e anti-acadêmicos, contribuem para a diversidade sem acabar com a unidade.

O Brasil é hoje uma sociedade complexa que envolve a rua e muitos outros lugares, e creio que se precisa dar acesso a esses outros lugares lingüísticos, e da maneira mais universal possível. Conhecer a variedade de prestígio, sem discriminar as outras, pode ser um fator de melhoria social. Respeitar a sarjeta é bom, mas também o é tentar tirar dela o máximo possível de pessoas (ou mesmo ir melhorando a sarjeta!). O que nos faz repetir: o problema lingüístico não é (só) lingüístico.

Por outro lado, tudo depende da conjuntura. Senão vejamos:

1. Na Itália, em certa época, dada a diversidade lingüística, e uma situação política plena de desorganização, a falta de unidade lingüística entre as massas favorecia interesses escusos das classes dominantes.

Gramsci defendeu na época a unidade lingüística: É "... racional colaborar pratica e voluntariamente para dar uma boa acolhida a tudo que possa servir para criar uma língua nacional comum, cuja inexistência cria atritos particularmente entre as massas populares, em cujo seio os particularismos locais e fenômenos de uma mentalidade estreita e provinciana são mais tenazes do que se crê". Ele não defendeu a supressão das variedades, mas viu em sua disseminação um prejuízo para todos exceto os mandatários, que poderia ao seu ver ser minorada por uma língua comum.

Nesse caso, a monoglossia tem de ser intransigentemente defendida.

Atualmente, na mesma Itália, em que convivem tantos e tão expressivos dialetos, há propostas de tornar o italiano a única língua oficial, o que significa na prática reprimir manifestações culturais as mais diversas e nivelar o país de maneira arbitrária.

Nesse caso, a heteroglossia tem de ser intransigentemente defendida.

2 Os Estados Unidos, antes do Império Americano, usaram a unificação lingüística para se opor à política lingüística imperial da Inglaterra e para firmar sua independência.

Nesse caso, a monoglossia tem de ser intransigentemente defendida.

3 Nos idos do Império Britânico, houve um certo momento em que o governo procurou instituir, em termos repressivos e centralizadores, uma "língua padrão" que levava praticamente ao descarte das variedades lingüísticas, e mesmo das outras línguas do Império.

Nesse caso, a "língua padrão" assumiu um caráter negativo, atribuindo a tudo o que dela discrepasse um caráter inferior, desconsiderando por completo os contextos de cada variedade.

Como disse um garoto inglês a quem se queria impor a norma em substituição à variedade de uso doméstico: "There now. If you do meake me talk so fine as that, they'll laef at me at hwome zoo that I can't bide there."¹ E houve resistências justas e legítimas a essa unificação descontextualizadora e discriminatória.

Nesse caso, a heteroglossia tem de ser intransigentemente defendida.

4 James Joyce se opôs à supressão da variedade irlandesa - que tinha de ser valorizada por definir a própria identidade da Irlanda - pretendida pelo Império Britânico, tendo produzido obras exemplares de absoluta heteroglossia, como todos sabem, chegando mesmo a retratar o próprio processo de vir-a-ser da linguagem na própria vida diária.

Nesse caso, a heteroglossia tem de ser intransigentemente defendida.

O que temos a partir desses dados? Provas de que as questões lingüísticas também têm seu lado conjuntural, que seus aspectos variam de acordo com a situação. Pouco importa de onde vem a rigidez; deve-se ser pura e simplesmente contra todas as suas modalidades. Achamos que a academia e quejandos precisam conhecer e respeitar a sarjeta e ser conhecida e respeitada por ela. Pode-se falar "sarjetês" na sarjeta, "tradutês" em meio a tradutores, "academês" na academia; deve-se ser a favor do acesso universal a todas as variedades. Menosprezar ou desejar suprimir variedades, sejam elas populares ou cultas (impopulares?) é, a par de desnecessariamente repressivo, empobrecedor do ponto de vista da língua e da cultura, além de revelar um profundo desconhecimento da realidade da língua, da formação de gêneros primários e secundários, etc.

III. USO, SISTEMA, LINGUAGEM

Há algumas afirmações feitas pelo colega Vagner Muniz numa intervenção na Comunidade Virtual da Linguagem que merecem comentário². Referindo-se a uma

¹ Tradução 1 (normativa): "Era só o que faltava! Se me fizerem falar dessa maneira tão refinada, vão rir de mim lá em casa e eu não vou poder morar lá." Ou melhor: Tradução 2 (descritiva levemente normativizada): "Veja só! Se você me fizer falar desse jeito fino, vão me gozar lá em casa e eu não vou poder mais morar lá". Ou, melhor ainda, Tradução 3 (mais próxima da realidade, para horror dos puristas, porque leva em conta o caráter oral e coloquial da "situação de produção" presente à transcrição em inglês): "Eu heim! Se você me fizé falar tão bem assim, eles vão se ri de mim lá in casa e purisso não vou podê mais morá lá." Destaco que não há gíria aqui.

² Transcrevo-a aqui: "O que o título tem a ver com o que segue? Nada! Alguém aqui na lista escreveu que o gerundismo é uma forma natural e previsível em função do costume de, no Português, usar-se o modo analítico em lugar do sintético (/vou escrever/ em lugar de /escreverei/).

Até aí, tudo bem. Agora, afirmar que /vou estar escrevendo/ é forma analítica de /escreverei/ ou de /vou escrever/ não me parece correto: são formas equivalentes? Não há limites para essa expansão?

Sei que à Lingüística não cabe mostrar "certos" e "errados", mas acho bastante curioso como se encontram explicações tão rapidamente para todo e qualquer fenômeno de linguagem: busca-se a validade na coerência do sistema, mas, no fundo, justifica-se pragmaticamente pelo uso. Lembro-me de um professor de Lingüística que, ao pronunciar um neologismo, afirmou: "Se é que essa palavra existe..."

afirmação segundo a qual o uso deve ser o critério exclusivo da aceitabilidade lingüística, pergunta o professor Muniz:

1. "Não há limites para essa expansão?" Explico: do uso de formas de expressão.

e

2. "...busca-se a validade na coerência do sistema, mas, no fundo, justifica-se pragmaticamente pelo uso."

A nosso ver, em princípio o limite existe, como em tudo o mais, só que é bastante amplo. Esse limite é o das possibilidades expressivas da língua e depende tanto do sistema como do uso, tanto dos falantes como de todas as instâncias que incidem sobre o ser da língua. Se o sistema e/ou o uso não aceitam uma dada forma de expressão, ela muitas vezes nem vem a existir ou desaparece. E muitas formas podem coexistir - vide as variedades da língua que são usadas simultaneamente no mesmo período de tempo.

Logo, não se pode falar de linguagem sem falar ao mesmo tempo de sistema e de uso (e as gramáticas do uso estão ficando comuns hoje). Com efeito, sem uso, o sistema não é sistema, mas mero código; e, sem o sistema, não há uso. O significado como potência está no sistema; o(s) sentido(s) vêm a ser no uso. Propomos pensar o sistema *da linguagem* como um sistema complexo (Morin) constituído por um sistema *lingüístico*, vinculado com os significados fixados, e um sistema *de uso da língua*, vinculado com os sentidos que vêm a ser *em situação*. Isso a nosso ver contribui para evitar as distorções decorrentes de falsas oposições entre sistema e uso, código e fala, etc.

Concordamos que "buscar a coerência no sistema" e ao mesmo tempo "justificar pragmaticamente pelo uso" é uma incoerência. Assim como o é buscar a lógica do uso e justificar formalmente pelo sistema. Logo, deve-se examinar o fato lingüístico tanto em termos do sistema como do uso, tanto vendo o uso a partir do sistema (se o sistema, em seu estado atual, comporta um dado uso ou não) como mostrando que também o sistema se altera a partir do uso (alguém ainda usa o mais-que-perfeito, exceto em casos bem raros, em certas sutis distinções filosóficas, por exemplo?) e, por fim, analisando as relações complexas que aí se estabelecem entre os falantes em seus diversos contextos interativos, sociais, históricos, etc.

Certo é que louvar o novo como valor intrínseco ou reagir com "repúdio" a ele, como

Bom... existe, tanto é que acabo de pronunciar-la."

Estou convencido de que - a exemplo do que se discute em outros campos, como na Matemática, a partir da prova de Gödel - um sistema, dentre eles o lingüístico, não possui a validação da totalidade de seus enunciados. Digo que a coerência interna não é o suficiente e que a noção de uso deve ser repensada.

Uma passagem bíblica diz algo como "tudo é permitido, mas nem tudo convém". O que isso tem a ver com o que estou escrevendo? Nada!

Abraços,

Vagner Muniz

tem ocorrido nas discussões hoje correntes do “gerundismo” (*vou estar ligando*) não nos parecem atitudes científicas. O cientista não tem de aceitar nem rejeitar, mas de entender e explicar, recorrendo ao que for necessário. Não se pode esquecer o sistema, mas é preciso repensá-lo à luz do uso, ou melhor, dos usos. Do mesmo modo, insistimos, o uso não pode deixar de ser considerado em termos do sistema, normativo, descritivo, intuitivo, falado e escrito, formal e informal, urbano e não-urbano.

IV. INTERAÇÃO, CONTEXTO: A VIDA DA LÍNGUA NÃO ESTÁ NAS GRAMÁTICAS

Contudo, é preciso estar atento para o fato de que, como disse Heidegger numa palestra sobre Nietzsche:

"A vida da linguagem real consiste na multiplicidade do sentido. Relegar a palavra animada e vigorosa à imobilidade de uma seqüência de signos unívoca, mecanicamente programada, seria a morte da linguagem e a petrificação e devastação do Ser."

Isso vem ao encontro da concepção de linguagem do círculo de Bakhtin.³ Pode-se ao nosso ver afirmar que, ao falar da *interação* como o *locus* do vir-a-ser da linguagem, Bakhtin se refere a quatro níveis, dotados de diferentes e crescentes graus de amplitude, todos eles necessariamente constitutivos:

O nível da interação verbal concreta, do aqui e agora da presença dos interlocutores na enunciação (claro que em sua projeção no enunciado). Esse nível é o mais “restrito”, mas constitui, naturalmente, a base de todos os outros;

O nível do contexto imediato em que se insere a interação (lugares sociais, *ethos*, formas atualizadas de interação social, etc.). Nesse nível, temos os elementos que a interação “convoca” diretamente e que remetem ao nível seguinte;

O nível do contexto social propriamente dito, aquele que determina em termos conjunturais, culturais, e mesmo raciais, o modo de ser da interação; e, por fim,

O nível do horizonte social e histórico mais amplo, que abrange a cultura em geral, os grandes períodos da história, o *Zeitgeist*, etc., e que é incluído nas considerações que Bakhtin faz sobre a inexistência de um sentido primeiro e de um sentido derradeiro. Se pode haver discurso fundador, nem por isso há sentido fundador: a gênese dos discursos é o *locus* da gênese dos sentidos e não vice-versa.

À luz disso, justifica-se a nossa idéia de que o sistema *da linguagem* é, mesmo em sua forma normativa, um conjunto de *potencialidades* expressivas que só o uso atualiza; se ele modifica os usos ou sobre eles incide, estes o alteram igualmente. O uso depende do contexto, mas o sistema também tem elementos contextuais, não em sua coerência por

³ Como se sabe, “Vem ao encontro” difere de “vem de encontro”. Na prática, esses usos se confundem em textos de pessoas das “melhores famílias”, e não obstante o entendimento do que se pretende dizer acontece quase sempre.

assim dizer originária, mas em suas formas aceitas num dado momento da sociedade. Por outro lado, o uso sofre a incidência do sistema dominante num dado momento histórico numa dada sociedade.

O falante trabalha com o normativo, com o descritivo, com o impositivo, o intuitivo, o vivencial - presente e passado, com a antecipação do futuro, as influências de outras línguas, linguagens, variedades lingüísticas, etc., o que cedo ou tarde, de alguma forma, se reflete no sistema da linguagem - o sentido é a conspiração de tudo.

Ainda em sua intervenção, Vagner Muniz declara:

3. "Digo que a coerência interna não é o suficiente e que a noção de uso deve ser repensada. Uma passagem bíblica diz algo como "tudo é permitido, mas nem tudo convém".

Perfeito dizer que a coerência interna não basta e que a noção de uso deve ser repensada. Acrescentamos: devemos ainda, como dissemos, modificar a noção de sistema e mesmo de coerência interna para abranger o uso. A linguagem, para dizer de outra maneira, é um sistema complexo que soma sistema potencial (normas, unificações, unidades) e sistema atual (os usos, cristalizados ou novos, as variedades); e nenhum desses sistemas se basta, dado que se inter-relacionam um com o outro. Temos de pensar nos dois e em suas relações - mútuas e com outros sistemas.

Além disso, alega o colega:

4. "O sistema lingüístico não possui a validação da totalidade de seus enunciados."

Trata-se de uma feliz afirmação, que fornece elementos para negar a absolutização do sistema entendido como código e como uma caixa preta que, mais do que determina, contém *todos os usos possíveis*, em vez de combinatórias possíveis de elementos. E é esse justamente nosso ponto de vista: não é o sistema lingüístico, e muito menos a gramática, que cria sentido; é a linguagem em uso que gera sentidos, e muitos deles vêm a alterar o próprio sistema (e a gramática) de significados cristalizados, criando novas cristalizações.

V. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base nesses elementos, propomos que o sistema *da linguagem* seja redefinido como um sistema histórico complexo formado pela relação tensa e tensiva entre feixes de potencialidades expressivas (sistema lingüístico) e de atualidades expressas ou exprimíveis (sistema de usos). Essa relação dinâmica permite validar, de modo não apriorístico, e portanto a partir de suas combinatórias entre os aspectos formais (o plano da repetibilidade) e os aspectos contextuais, enunciados nunca antes produzidos (o

plano de irrepetibilidade) — e, no entanto, tantas vezes produzidos com outras expressões, e que até antecipam sentidos ainda por vir.

Quanto à parte do enunciado de Vagner Muniz que se refere ao que convém no tocante à língua, cumpre perguntar, na nossa opinião: quem determina o que convém? O sistema potencial? O sistema atual? Têm eles poder para tanto? Não serão — afora as políticas (e polícias) lingüísticas — as comunidades de fala, os intercâmbios verbais, a correlação de forças centrífugas e centrípetas em ação da língua?

O que não quer dizer que tudo seja sempre aceitável em toda parte para tudo. Mas, para saber o que é ou não aceitável, cabe perguntar: aceitável para quem? E perguntar o que convém implica “convém *a quem* (quando, onde, como)”? Eis-nos de volta ao ponto de partida: as possibilidades do sistema lingüístico e as atualidades do sistema de usos dependem dos mecanismos de controle da circulação das falas, dos discursos. Assim, por trás de todo enunciado, dito aceitável ou não, há um sujeito (sujeitos) que têm um dado lugar no mundo, atribuído ou conquistado, imposto ou reconhecido.

Porque a linguagem e o mundo não existem num vácuo, como coisas em si, mas como coisas para alguém(ens). E o cientista existe nesse mundo de coisas "interessadas", ou melhor, investidas de interesse. "Pois tudo veio a ser; não há fatos eternos nem verdades absolutas" — o que se aplica inclusive a essa afirmação de Nietzsche, que também pensou a linguagem e lhe deu usos "estranhos", ao menos aos olhos de uma concepção estática do que seriam o código e/ou o(s) uso(s) lingüístico(s).

Em suma, a nosso ver o sistema da linguagem já inclui por definição tanto o sistema lingüístico enquanto possibilidade como o uso lingüístico enquanto atualidade. Absolutizar um ou o outro não faz avançar a compreensão de coisa alguma. Logo, consideremos a coerência interna e a coerência externa em termos do caráter constitutivo da linguagem que tem a relação entre essas coerências. A linguagem não é uma álgebra, mas também não é um amontoado caótico de seqüências verbais, uma espécie de caos onde *anything goes*.

Um professor pode dizer “*menas*” no bar sem ser irônico, e não poderá ser “condenado” por isso. Mas se o disser numa entrevista, falando sobre sua condição de professor, estará exposto, não a “condenação”, mas à “acusação” de uso impróprio. Isso explica porque os que aceitam a realidade dinâmica da língua escrevem artigos acadêmicos segundo a norma: é adequado fazê-lo. Assim, em vez de “certo” e “errado”, deve-se falar de “adequado” e “não adequado”. Porque para cada realidade da língua há uma realidade contextual que não se pode deixar de considerar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Alleanza Libera Europea, 2000. *Dichiarazione di Bruxelles 9/11/2000*. [Online] Disponível em: <http://utenti.lycos.it/alleanzalibera/aleit.htm>. [Acessado: 09 Abr 2002]

- BAGNO, M., 2001. *Carta ao Editor da revista Veja*. [Online] Disponível em: <http://www.marcosbagnos.com.br/conteudo/forum/carta.htm>. [Acessado: 09 Abr 2002.]
- BAKHTIN, M. *Estética da Criação Verbal*. Tradução: M. E. Galvão G. Pereira. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- , 1993. *Questões de Literatura e de Estética (A Teoria do Romance)*. Tr. Aurora Fornoni Bernadini et al.. São Paulo: Unesp/Hucitec.
- VOLOSHINOV, Valentin N. Discurso na Vida e Discurso na Arte (sobre a poética sociológica. (Tradução para o português por Carlos Alberto Faraco e Cristovão Tezza, para uso didático, com base na tradução inglesa de I. R. Titunik (“Discourse in life and discourse in art – concerning sociological poetics”), publicada em V. N. Voloshinov, *Freudism*, New York: Academic Press, 1976), s/d.
- BRAIT, B., 2001. Alteridade, dialogismo, heterogeneidade: nem sempre o outro é o mesmo. In: Brait, B., 2001. *Estudos Enunciativos no Brasil – Histórias e Perspectivas*. São Paulo: Pontes/Fapesp, pp. 07-25.
- CROWLEY, T., 1989. Bakhtin and the History of Language. In: Hirschkop, K. e Shepherd, D. (orgs.), 1989. *Bakhtin and Cultural Theory*. Manchester, New York: Manchester University Press, pp. 68-90.
- FOUCAULT, M. (1992). *Michel Foucault – o que é um autor?* 3^a. ed., Lisboa. Veja/Passagens, Trad. António F. Cascais e Eduardo Cordeiro.
- (1972). *The Archaeology of Knowledge and the Discourse on Language*, New York, Pantheon. Trad. A. M. Sheridau Smith.
- HEIDEGGER, Martin. *Being and Time*. Tradução: J. Macquarrie e E. Robinson. Oxford: Oxford University Press, 1962.
- , 1979. *The Will to Power as Art*. Tr. D. F. Krell. New York: Harper and Row.
- HOLQUIST, M., 1990. *Bakhtin and His World*. London, New York: Routledge. Cap. 4, pp. 67-106.
- INWOOD, Michael. *Heidegger*. Oxford: Oxford University Press: 1997. (Em vias de publicação por Edições Loyola, tradução de Adail Ubirajara Sobral.)
- MORIN, E. et al., 1994. *Carta de Transdisciplinaridade*. [Online]. Disponível em: <http://www.cetrans.futuro.usp.br/cartadatransport.html>. [Acessado: 09 Abr 2002.]
- MUNIZ, Vagner. Mensagem “Neo-liberalismo lingüístico”. Disponível em: (Comunidade Virtual da Linguagem) <http://groups.yahoo.com/group/CVL>.
- NIETZSCHE, F., 1978. *Nietzsche*. Os Pensadores. Sel. de Textos: Gérard Lebrun. Tr. E notas: Rubens Rodrigues Torres Filho. Posfácio: Antônio Cândido. São Paulo: Abril Cultural.
- POSSENTI, S., 2001. *Por Que (Não) Ensinar Gramática*. Campinas: ALB/Mercado de Letras.
- SOBRAL, A.U., Autor, *Ethos*, Estilo: Breves Considerações. Inédito.